
REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL E GESTÃO TERRITORIAL NO CENTRO-OESTE DO BRASIL

- o caso da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás¹

Cesar A. M. Guedes
Prof. Dr. do Dep. de Economia - UFRJ

Jorge L. A. Natal
Prof. Dr. do IPPUR - UFRJ

RESUMO: *O artigo examina a implantação da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, no norte do Estado de Goiás, procurando situar alguns problemas sociais e ambientais advindos do alagamento e do conseqüente deslocamento populacional que ali se realizará. O texto aponta que possivelmente a escolha da 'área' de Serra da Mesa derivou do fato dela ser um dos 'locais' mais pobres e frágeis da importante economia e do politicamente relevante Estado de Goiás; e, simultaneamente, como resposta às necessidades da dinamicidade econômica não apenas goiana, como regional. Por fim, sem opor-se às necessidades econômico-energéticas que o crescimento econômico regional suscit(ou)a, o texto deixa no ar a preocupação quanto à necessidade de que muito ainda há que fazer no tocante as relações Estado-Sociedade e, no caso, no que tange a uma efetiva ocupação democrática do território nacional.*

Palavras Chaves: *Hidrelétrica, problemas sócio-ambientais, deslocamento populacional.*

ABSTRACT: *The article examines the implantation of the Serra da Mesa's Hidreletric Plant, in the north of Goiás, missing to establish some social and environment problems resultants of the inundation and of the subsequent dislocation of the population. The text points that, possibly, the source of the area of the Serra da Mesa has been resulted from the fact that it is one of the poorest and fragilest place of the important economy and of the political's expression of the State of the Goiás; and, simultaneously, as answer to the economic dynamic's necessity not only of the State of the Goiás, but whole region. At last, without opposing the energetic-economic necessity that the regional economic's growth suscited, the text points, in addition, the preoccupation about the necessity of more politics actions for the State and Society relations to be bettered and with efective democratization of the ocupation of the national territory.*

Key Words: *Hidreletric plant, social environmental problems, populational dislocation.*

INTRODUÇÃO

O Brasil experimentou intensas e profundas mudanças nos anos 80; malgrado o discurso da 'década econômica perdida' - referida àquele decênio- ter sido associado, em larga medida, à idéia de paralisia. Nada mais falso. Afora as expressivas transformações

verificadas na situação política nacional, também na economia elas foram consideráveis. De outra maneira: além da (re)conquista das liberdades democráticas, a economia brasileira não foi apenas recessão e, reiterar-se, paralisia. Em tal sentido, o foco analítico centrado na espacialidade seja dos mais apropriados para a apreensão de parcela

¹ Este artigo foi originalmente elaborado e aprovado para efeito de apresentação no Seminário Internacional "La Gestión del Territorio: problemas ambientales y urbanos" realizado na Universidade Nacional de Quilmes/Argentina (em 29/11 a 01/12 de 1995); seu formato expositivo, muitas vezes descritivo, deriva, de maneira geral, desse fato.

desse processo mudancista. Tanto que alguns textos, explicitamente inclusive, chegam a apontar para a configuração de um novo mapa da economia brasileira, uma nova geografia econômica.

Em vista dessas observações, conquanto sem a pretensão da elaboração de uma reflexão-síntese que retenha o essencial das mudanças apontadas, o artigo ater-se-á a um sub-espço (embora considerado como um certo microcosmo): a do norte do Estado de Goiás (GO), na Região Centro-Oeste (CO), na qual encontra-se em implantação a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa (HSM).

Vale observar que a Região CO, histórica e conservadoramente associada aos seus atributos naturais (pantanal, cerrados, animais, etc.), foi a que apresentou a segunda maior taxa de crescimento econômico dentre as regiões brasileiras na década de 80. Na realidade, o que disto sobressai é que ela - melhor, parcela importante do seu território - foi definitivamente incorporada à dinâmica capitalista do País, especialmente através da sua vigorosa agroindustrialização e concomitante articulação ao mercado internacional de "commodities". Adicione-se que a capital do Brasil, Brasília, nela está localizada, assim como o Estado de Goiás (já referido) e o Estado do Mato Grosso do Sul (MS), ambos grandes produtores agrícolas, pecuários e agro-industriais; também pertence à região o Estado do Mato Grosso (MT) (mais ao noroeste) -este, no entanto, com uma dinamicidade econômica mais frágil do que os dois anteriormente mencionados. Tal região, junto com a Região Sul (composta pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e com o Estado de São Paulo, por sua vez, constituem os principais interessados na consolidação do Mercosul. Ademais, em simultâneo e imbricadamente ao avanço econômico, tem aumentado expressivamente a urbanização dessa região: a capital de Goiás

(GO), Goiânia, por exemplo, já reúne mais de 1.300.000 pessoas; Campo Grande, a capital do MS e Cuiabá, a capital de MT, também constituem grandes aglomerados urbanos - embora menores do que Goiânia.

Em suma: todo esse crescimento, e estabelecimento e consolidação de interesses econômicos, associados à crescente urbanização, colocam novas demandas, dentre elas a de energia elétrica. Aí se insere o Projeto da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. Assim, tal projeto expressaria parcela das transformações verificadas na economia e sociedade brasileiras, em sua concreção espacial, em vista da reestruturação industrial e da urbanização em curso. Isto posto, coloca-se o seguinte: até que ponto o Estado, conquanto passando por grave e estrutural crise, continua sendo poderoso promotor e/ou chancelador de mudanças espaciais, portanto exercitando papel de relevo ao nível da configuração do território nacional?

I. A ECONOMIA E SOCIEDADE CENTROESTINA VIS-À-VIS A ECONOMIA E SOCIEDADE BRASILEIRA²

I.1. TRAÇOS SUCINTOS DA CONSTRUÇÃO DA SUA IDENTIDADE

O processo de ocupação centroestino teve início no século XVIII e esteve centrado na mineração verificada em Goiás e no atual Mato Grosso. Daí até o final do século XIX sua ocupação esteve apoiada em diversos ciclos extrativistas (ouro, diamante, etc.) que, por sua vez, levaram ao surgimento de algumas vilas e cidades como Cuiabá, Vila Velha, Corumbá, Goiás Velho e outras. Após o final da Guerra do Paraguai, com a abertura da navegação pela Bacia do Prata, essa ocupação intensificou-se com o povoamento do sul do Mato Grosso, e o desenvolvimento do pólo comercial de Corumbá e das frentes pastoris

² Os itens I.1.1, I.1.2 e I.1.3 foram escritos, numa versão anterior, base da atual, por Jorge Luiz A. Natal, já referido, e Luiz Antônio P. Oliveira, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Rio de Janeiro.

que começaram a atingir essa região, paralelamente com a expansão do agroextrativismo da erva-mate.

Mas foi apenas a partir da segunda metade do século XX que essa ocupação passou a apresentar maior densidade. Num primeiro momento, a expansão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando Bauru (São Paulo) a Corumbá (MS), consolidou Campo Grande (MS) como seu principal centro comercial (que, aliás, marcou a diversidade de interesses entre o sul e o norte do antigo Estado do Mato Grosso); também as políticas da chamada 'marcha para o oeste', no segundo Governo Vargas (1951-54), estimularam a penetração de colonos e de pioneiros sulistas, mineiros e nordestinos, tanto para o sul do Mato Grosso quanto para o sul de Goiás. A mudança da capital para Brasília, é trivial, reforçou o processo de integração do CO à dinâmica econômica nacional, processo também reforçado pela concomitante industrialização (pesada) e pela maior integração nacional (Cano, 1977).

Apesar desses movimentos, essa região apresentava até então descontinuidades em sua ocupação, vale dizer, apresentava amplas áreas caracterizadas por vazios demográficos; seus aspectos geográfico-naturais é que se destacavam. Além disso, as atividades econômicas permaneceram ao longo de todo esse processo sendo primordialmente as comerciais e as primárias, e os núcleos urbanos poucos e em geral inferiores em termos de dinamismo aos da maioria das regiões brasileiras.

Num segundo momento, sublinhe-se a política de integração territorial do regime político-militar de 1964. Afinal, foi ela que consolidou essa região como fronteira demográfica e de recursos naturais: aí um amplo espectro de políticas públicas e de interesses econômicos conjugaram-se para plasmar o modelo agrário de capitalismo de fronteira.

É verdade que as políticas governamentais atuaram de modo a favorecer

a concentração fundiária e a especulação com terras, estimulando sua regularização, mercantilização e especulação, e fazendo a população rural migrante (rapidamente) a não dispor de terras livres, tendo como opção (sic) migrar (sempre) para mais adiante (Rondonia, norte de Goiás, sul do Pará) ou inserir-se em núcleos urbanos que começaram a surgir ou a se expandir. Neste sentido, a dinamização econômica foi tão intensa, como a crise da economia urbano-industrial da Região Sudeste (principalmente), que levou ao aparecimento de uma série de cidades de porte médio regionais e a uma expressiva urbanização de núcleos então já importantes (Goiânia, Campo Grande, Cuiabá, etc.) e de outros em formação (Dourados, Anápolis, Rondonópolis, etc.).

Nesse contexto, tenha-se em conta - ainda - o significado do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do Governo Geisel (1974-79), que, dentre outros objetivos, visava a interiorização do desenvolvimento, beneficiando, conseqüente e destacadamente o Centro-Oeste (além da Amazônia). Mencione-se também a política de incentivo ao incremento das exportações adotada já ao final dos anos 60 e revigorada no dos anos 70.

Tudo isso concorreu para que a dinâmica econômica regional experimentasse, a partir da segunda metade dos anos 70, sua mais expressiva transformação, sendo nucleada por vigorosa agroindustrialização. Com a renda aí gerada as atividades comerciais e os serviços especializados, por sua vez, avançaram celeremente, e estimularam a própria urbanização e a migração intra-regional (basicamente campo-cidade) e inter-regional.

1.2. BREVE APROXIMAÇÃO DO ATUAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A evolução histórica e a formação da identidade regional, com suas destacadas atividades comercial e agropecuária, permitem ressaltar as grandes transformações impulsionadas nas últimas décadas.

Do ponto de vista estritamente econômico, a região conheceu notável crescimento e diversificação de atividades, contando, em muitos casos, com importantes grupos intra e inter-regionais, tendo alguns deles participação inclusive no mercado internacional e estando, de maneira geral, vinculados ao grande comércio, à agroindústria e aos serviços especializados. A rápida expansão estimulada por políticas de incentivos, créditos e financiamentos favoreceu o aspecto empresarial das atividades e contribuiu para a consolidação de grandes projetos de capitais locais, inclusive fora da região ou mesmo do País.

Deste modo a participação do Centro-Oeste no PIB Industrial, que era de apenas 0,8% em 1970, em 1990 salta para quase 2,0%; ou seja, aumenta em cerca de 100%, assinalando a atividade agroindustrial como a principal responsável por tal crescimento. Além disso, foi essa mesma atividade que conferiu integração à economia da região na medida em que, por suas articulações ao nível da cadeia econômica, não só alcança o setor terciário, como os de infraestrutura de transportes, de comunicação, de energia e de telemática (dentre outros). Entretanto, isso não deve eludir que o setor terciário, mais especialmente o comércio, assentado em bases modernas (atacadistas, varejos especializados, intermediação comercial-financeira em geral), permanece respondendo pela parcela mais expressiva da renda regional.

1.3. UMA VISÃO DE CONJUNTO DA ECONOMIA E SOCIEDADE REGIONAL: um "approach" das transformações internas -a construção das diferenças

As transformações observadas não prescindem da consideração de algumas transformações e especificidades intra-regionais.

O Mato Grosso do Sul (MS) mantém tradicionalmente fortes laços de identificação e de integração com o Estado de São Paulo,

sendo que o desenvolvimento recente reforçou esses laços, através da integração espacial e econômica propiciada pelos transportes e comunicações, contribuindo para o processo de ajustamento da sua economia aos ditames da dinâmica cíclica e agroindustrial desse estado. Mais recentemente, tais laços também se aprofundaram com a economia e sociedade sulista (da Região Sul), tanto que, atualmente, o MS faz parte do Conselho de Desenvolvimento do Sul (CODESUL) -o MS é, em verdade, o único estado extra-Região Sul integrado ao CODESUL.

Já o Estado do Mato Grosso, embora tenha sido alcançado pelo processo de integração econômica em pauta, apresenta situação particular: localiza-se a uma distância física maior dos principais centros econômicos nacionais, estando, por fatores geográficos e político-administrativos, vinculado à Amazônia Legal. Nesse sentido, o processo de modernização conservadora (Moore, 1976) encontra obstáculos na velha oligarquia na medida em que ela mantém capacidade de manipulação de fundos e incentivos regionais. Talvez seja até em função disto que vêm ganhando terreno político em seu território representações alternativas de poder.

Já o Distrito Federal (DF), Brasília, com seu quadro de funcionários públicos e suas empresas estatais, afora o fato do próprio Congresso Nacional localizar-se em seu espaço, afora a 'produção' de um crescente 'urbano crítico', constitui já -em pouco mais de trinta anos- um grande e complexo aglomerado urbano. Sendo que por causa dessa sua especificidade, o DF destoa da lógica/estruturação comercial e agropecuária prevalente nas demais unidades administrativas aqui consideradas.

Por fim, o Estado de GO constitui a expressão mais resolvida da modernização conservadora da região, dado seu lastreamento numa sólida agroindustrialização. Trata-se de um estado marcadamente integrado com o Estado de Minas Gerais (MG),

especialmente com o Triângulo Mineiro -uma das áreas econômicas mais pujantes do estado-, com Brasília e com São Paulo, num verdadeiro corredor de fluxos de mercadorias (e de representações culturais). Em vista desses fatos, a elite tradicional acabou transfigurando-se na nova elite agroindustrial e mercantil-financeira que, além disso, tem colocado a máquina estadual a serviço de seu projeto de acumulação. Cabe ressaltar, por fim, a crescente complexidade sócio-econômica do estado, exemplificada por Goiânia, metrópole com seus mais de um milhão de habitantes, onde as tensões sociais gera(ra)m, inclusive, caldo de cultura extraordinário para a viabilidade de esquemas políticos de poder alternativos ao "status quo".

*

Do exposto, resulta a existência de processos específicos nas unidades administrativas em exame que atestam, ao lado da identidade construída pela agricultura, pecuária e comércio integrados à dinâmica nacional, diversidades ao nível das representações das classes e dos interesses. Portanto, a expressão de interesses regionais unificados, no caso, constitui, no mínimo, exagero. Ademais, como se mostrará adiante, mesmo no âmbito de cada uma das unidades consideradas, existem *marcadas diferenças espaciais -este é o caso, por exemplo, do norte do Estado de Goiás.*

II. CRISE DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E REFLEXOS NO CENTRO-OESTE

A segunda metade dos anos 70 marca o fim de uma longa fase expansiva da economia brasileira (iniciada, grosso modo, no Pós-Segunda Guerra Mundial). Tal crise, exteriorizada na queda da renda e do emprego, suscitou em alguns círculos acadêmicos a 'leitura' de que se tratava apenas de uma crise conjuntural, passageira...enfim, uma mera e momentânea inflexão no processo de acumulação de capital.

Mas foi mesmo na entrada da década de oitenta que a crise econômica mostrou toda sua gravidade. Aí, numa outra perspectiva, ela também apareceu associada com a agudização dos endividamentos externo e interno que, por sua vez, ao alcançarem o Estado, mostraram a dimensão estrutural da crise brasileira, ou seja, que ela transcendia -e muito- o aspecto estritamente econômico.

Assim, segundo CARDOSO DE MELLO (1984), a crise exteriorizada já na segunda metade dos anos setenta e aprofundada nos oitenta revelaria a crise econômica como expressão de uma crise mais ampla, a de um determinado padrão de desenvolvimento. O último 'estágio' deste padrão mais geral de desenvolvimento, ou seja, aquele montado no Governo Juscelino (1956-61), que havia sacramentado um conjunto de relações de compromisso e de papéis no plano da estrutura produtiva, da clivagem regional, etc., deu mostras da sua exaustão no Governo Geisel (1974-79).

Assinale-se que parte essencial desse processo está sintetizada, é trivial, no Estado; no caso, no Estado Desenvolvimentista. Isso porque ele teve atuação fundamental no que tange à montagem da infraestrutura (estradas, petróleo, etc.), na definição e/ou apreensão dos posicionamentos colocados pelo setor empresarial privado nacional e internacional, e na coordenação-pactação das diversas forças políticas atuantes, especialmente nos acordos de natureza regional.

Entretanto, com a crescente apropriação privada do Estado (em todos os seus níveis), manifestas nas dívidas interna e externa, dada a crise econômica internacional da entrada dos 80's, sua antiga capacidade econômico-financeira e coordenadora-pactante deu mostras de inadequação aos reclamos da economia e da sociedade que se constituíram. Mais do que isso: passou a cumprir papel obstaculizador para qualquer projeto estratégico e nacional de desenvolvimento.

À luz desse quadro agigantaram-se os particularismos ou, numa outra expressão, a fragmentação...nas várias dimensões (espaciais, inclusive) da sociedade brasileira. A atuação das bancadas regionais no processo constituinte de 1987-88, pelo seu momento histórico, reflete com exatidão as dificuldades das negociações atinentes a cada interesse particular e sua incompatibilização com os chamados interesses mais gerais. São essas dificuldades que definem o que se poderia mais propriamente chamar de crise federativa (ou crise do Estado Federal). De outra forma: a extrema dificuldade, quando não a impossibilidade, até para acordos mínimos de natureza institucional inter e intra-Organizações do Estado-Poderes (Leme, 1992).

Nesse sentido, por causa desse quadro de crise do padrão de desenvolvimento, da crise da própria acumulação de capital e de crise do Estado, mas também apesar deles, um conjunto de transformações -várias delas fragmentadoras- teve lugar na economia e sociedade brasileiras, tais como: a desconcentração industrial que definiu, em certa medida, um novo mapa econômico, com estabelecimento de atores e de interesses relevantes -novos e 'reciclados'-, posto alguns deles representarem importantes interesses econômicos e políticos em vários pontos do território nacional.

O Centro-Oeste se insere, em larga medida, em tal processo; e por diversas razões:

(i) porque desde os albores da constituição do capital industrial, o eixo Sul/Sudeste/Centro-Oeste sempre foi mais marcante do que aquele orientado no sentido das Regiões Norte e Nordeste;

(ii) por causa do avanço do seu processo de integração à dinâmica econômica e societária do capitalismo brasileiro. Vale dizer: pelo seu papel de ofertante de produtos agrícolas e pecuários; de demandante de máquinas e implementos agrícolas, etc.; pelo papel articulado e crescente das suas representações políticas enquanto apoiadores-negocistas junto aos governos estaduais e

federal; pela lógica geopolítica que conferiu papel estratégico à região; etc.;

(iii) porque a crise econômica do final dos anos 70/entrada dos 80's, notabilizou-se como urbano-industrial, vinculando-se precipuamente ao padrão industrial característico da Segunda Revolução Industrial. Logo, dada a conformação da economia centroestina, em parte voltada para a exportação ("commodities"), a mesma não sofreu efeitos negativos maiores sobre sua renda e empregos;

(iv) porque, dada a natureza da crise econômica do centro-sul, as autoridades governamentais instituíram inúmeros e pesados pacotes de incentivos à agroindustrialização do Centro-Oeste, principalmente para efeito da captação de divisas internacionais. Nesse sentido, a crise econômica apontada não impactou negativamente sobre a economia regional, como, na realidade, fez aumentar sua renda e os empregos aí gerados;

(v) porque, dada a natureza da crise econômica do centro-sul, acelerou-se a migração de mão-de-obra qualificada e não-qualificada para essa região;

(vi) porque a concentração da renda e da riqueza mostram-se aí das mais expressivas no concerto regional brasileiro.

(vii) porque os incentivos governamentais reorientaram a paisagem econômica do País, levando ao florescimento ou crescimento de um conjunto de cidades que, por sua vez, além da atração da população do centro-sul, também atraíram população de outras regiões nacionais e mesmo intra-regional (do tipo campo-cidade) -neste caso, a modernização tecnológica promovida cumpriu papel destacada na 'limpeza' do campo. Em suma: o processo de urbanização tornou-se intenso, ao passo que, simultaneamente, esvaziavam-se definitivamente as áreas rurais (Natal, 1995);

(viii) porque o histórico conservadorismo político e cultural das elites de base local, o alheamento dos problemas locais por parte dos grandes grupos empresariais forâneos e a relativa facilidade do exercício do

tradicional mandonismo sobre os de 'baixo', tudo isso, imantado por uma lógica de modernização que se articula com a essência dos interesses conservadores e na ausência de uma tradição de coisa pública, criou caldo de cultura excepcional para a reafirmação da negação da cidadania e para a construção de bases para projetos que tenham em conta os interesses mais gerais da população e do Brasil.

Em síntese: dada a conformação econômica e societal intra-regional e dada a ausência de um Estado capaz de exercer a definição dos chamados projetos estratégicos nacionais (sob bases democráticas), o CO vem revelando-se espaço privilegiado de análise e para ações públicas federais pontuais consonantes com a lógica fragmentadora e, ao mesmo tempo, globalizante em curso no mundo de hoje.

III. O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SERRA DA MESA: algumas observações

A Hidrelétrica de Serra da Mesa (HSM) envolv(ia) e empresas como FURNAS, IESA (Internacional Engenharia S.A.), Nacional Energética e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entretanto, como esse último

recém-incorporou a Nacional Energética e como a IESA era mera prestadora de serviços para FURNAS, a HSM trata-se, ao fim e ao cabo, de uma típica empreitada do setor público. Também vale observar que esse empreendimento, de alguma maneira, busca (re)conhecer direitos dos atingidos por essa Hidrelétrica; não obstante ainda há muito por fazer no sentido de uma efetiva democratização das relações Estado-Sociedade, inclusive no que tange às definições da gestão territorial, tendo em vista, por suposto, os anseios da dinamização econômica e a melhoria das condições de vida. Ademais, neste caso específico, como o alagamento mesmo deve começar em outubro/96...

3.1. UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SUA ECONOMIA E SOCIEDADE

O reservatório a ser formado pela Hidrelétrica de Serra da Mesa inundará uma área de 1.748 km², abrangendo parte de oito municípios localizados ao norte do Estado de Goiás: Barro Alto, Campinaçu, Campinorte, Colinas do Sul, Minaçu, Niquelândia, São Luís do Norte e Uruaçu. Nestes oito municípios, os mais impactados diretamente pelo lago, serão atingidas cerca de 1.000 propriedades rurais e, na 'área', cerca de 3.243 pessoas. Veja-se a Tabela seguinte:

TABELA I
MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS PELA HSM E POPULAÇÃO RESIDENTE ESTIMADA

Em 01/07/93

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE
BAIRRO ALTO	9.648
CAMPINAÇU	4.338
CAMPINORTE	8.289
COLINAS DO SUL	3.624
MINAÇU	33.097
NIQUELÂNDIA	41.772
SÃO LUIZ DO NORTE	4.356
URUAÇU	36.105
TOTAL	141.229

FONTE: FIBGE (1994).

Obs: atenção: "município envolvido" está sendo empregado no sentido de abarcar a "área inundada e/ou atingida" sem nela esgotar-se (por suposto).

Logo, a população total atingida restringe-se (sic) a menos de 3% da população total dos municípios envolvidos. Neste ponto, sublinhe-se que a maioria da população, inclusive da área diretamente atingida pelo reservatório, por razões diversas, percebe de modo otimista o anúncio do lago; vislumbra, enfim, talvez incluindo um sentimento difuso de “barulho”, de “movimento” que rompa com a letargia e o silêncio local, possibilidades de negócios. O traço mercantil exacerbado da formação social regional parece ter fincado, mesmo aí neste rincão tão distante (em termos físico e cultural) dos centros nacionais mais dinâmicos, algumas das suas raízes.

Na ‘área’ atingida predominam médias e grandes propriedades: destas 562 têm mais de 100 hectares (ha), e 423 têm mais de 10 ha e menos de 100 ha; no entanto, prevalece aí uma atividade pecuária extensiva (de baixa produtividade), seguida pelas culturas de milho, arroz e mandioca. Assim, predominam a precariedade da base técnica e a baixa capitalização, pois, ao contrário do sul do estado (GO), nesta ‘área’ (a diretamente atingida) ou mesmo na envolvida, não se verificou um processo de modernização originado da correção dos solos e da mecanização da lavoura.

Além disso, em toda a ‘área’, não se observa o apoio da EMATER ou de qualquer outra entidade técnica assemelhada. Este quadro se completa com o fato do Centro-Oeste ter como solo o cerrado, um solo sabidamente pobre -com a exceção de algumas manchas de fertilidade-, no qual, para haver retornos positivos, são necessários investimentos que configuram uma agropecuária mais capitalizada -quadro esse bastante díspare do encontrado na ‘área’ em exame.

Além disso, de maneira geral, as diferenças relativas ao uso da terra e a natureza da produção agropecuária não são relevantes neste espaço em função do tamanho da propriedade.

Portanto, comparativamente ao conjunto do Estado de Goiás, predomina na ‘área’ uma baixa densidade demográfica populacional, um baixo dinamismo econômico e uma agropecuária de caráter extensivo.

Observa-se, ainda, que as relações comerciais desta produção esgotam-se no próprio município ou em municípios vizinhos, atestando a natureza limitada e localizada dos vínculos mantidos com o segmento urbano. Adicione-se que as relações de trabalho são precárias na medida em que apenas 13% dos trabalhadores possuem vínculos empregatícios (carteira de trabalho assinada), embora o trabalho de tempo integral prevaleça na maioria dos pouco mais de quatrocentos empregos gerados na área³.

Todavia, tendo em conta o conjunto dos municípios referidos, há uma característica comum à outras áreas do território goiano: o esvaziamento do meio rural. Assim é que entre os censos de 1970 e de 1991 (na área em exame do Estado de Goiás), observa-se praticamente uma inversão entre os segmentos urbano e rural, que em 1970 correspondiam respectivamente a 22,7% e 77,3%, ao passo que em 1991 estes percentuais foram de 66,6% e 33,4%. Além dos percentuais, deve ser observada também a redução absoluta da população residencial no meio rural. A esse respeito, vide a Tabela que se segue (próxima página):

³ Sobre a precariedade referida, pode-se assinalar que ela prevalece, aliás, em quase todo o meio rural brasileiro.

TABELA II
POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

Período 70/80/91

URB.	%		RURAL	%	TOTAL	%
1970	16.458	22,7	55.976	77,3	72.434	100
1980	57.686	47,3	62.179	51,0	121.865	100
1991	91.373	66,6	45.878	33,4	137.247	100

FONTE: FIBGE -Censo Demográfico Goiás -1970,80 e 91

No caso dos municípios apontados, o êxodo rural está ligado, em parte, aos projetos de mineração instalados em Niquelândia e Minaçu nos anos 70, o que será discutido no item seguinte.

Uma observação final: os vínculos precários -de toda ordem- dos municípios envolvidos caracteriza-os como de escassa importância política (mesmo no cenário goiano). Não fora bastante o clima otimista existente entre a população local quanto às possibilidades de dinamização da vida social e econômica, 'projeta'-se quadro altamente favorável para a implantação da HSM; logo, sem discussões mais balizadas acerca dos possíveis efeitos perversos que ela pode vir a suscitar...ou já está suscitando!?

3.2. ALGUNS PROBLEMAS SOCIAIS: conservação ou ampliação?⁴

Um dado relevante quanto ao esvaziamento econômico e populacional refere-se ao fato de que pouco mais da metade dos empregos aí gerados encontra-se na categoria de administrador/capataz, ficando o peão (trabalhador braçal) pouco acima de um terço do total. Vale dizer: o pequeno número de trabalhadores braçais revela o esvaziamento econômico; situação essa

reforçada pelo fato dos proprietários deixarem nas terras apenas um administrador/capataz capaz de gerenciar, minimamente, as atividades 'intra-fazenda', como, em alguns momentos, cuidar das atividades produtivas remanescentes.

Esse processo se esclarece na medida em que, com o pagamento das indenizações sendo iniciado e a perspectiva do alagamento -para o ano de 1996-, observa-se massiva demissão de trabalhadores (sem que seus direitos trabalhistas sejam reconhecidos). Tal aspecto mostra-se adicionalmente problemático, posto que os proprietários de terra não se julgam responsáveis, alegando não poderem ser responsabilizados por um problema que não criaram (o alagamento).

Vale dizer: o simples anúncio da implantação Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa não apenas desvela a existência de graves problemas sociais, como, dada a precariedade das relações Governo Federal (através de Furnas)-Sociedade, no limite, deles faz "tabula rasa", seja o das relações trabalhistas "strictu sensu", seja o do desemprego.

Tornando ainda mais complexo esse quadro, mencione-se que dos municípios

⁴ As observações que se seguem são apenas indicativas de problemas sociais já manifestos. Não há a intenção, nos marcos deste artigo, de uma análise prospectiva acerca dos impactos suscitados pelo alagamento a ser realizado.

envolvidos pelo lago, apenas três contam com uma estrutura de centros urbanos que podem ser considerados como cidades médias, ou seja, com uma estrutura social e econômica que serve como pólo de atração para os demais municípios. Uruaçu, Minaçu e Niquelândia, juntos, têm 78% da população residente (de 141.229). Uruaçu, por razões históricas, e os outros dois municípios apontados, pela implantação de grandes projetos de mineração nos anos 70, merecem registro à parte.

A melhor estrutura urbana da 'área' está situada em Uruaçu, principal centro de serviços e que cumpre papel de centro polarizador, embora não haja aí nenhum grande projeto instalado. Sua consolidação se deve à função de centro comercial e de serviços desde sua origem, no século passado, quando, situada às margens da *estrada real*, desenvolveu-se como principal ponto de apoio e de comercialização da atividade agropecuária existente na região. Com a implantação de Brasília e da rodovia até Belém, esta vocação manifestou-se com alguma dinamicidade.

Niquelândia é um dos municípios mais antigos da 'área', sendo que depois da atividade mineradora inicial voltou-se para a agropecuária e a atividade comercial daí derivada. Nos albores dos anos 70 teve começo a implantação de dois grandes projetos voltados para a extração do minério de níquel, tendo ambos iniciado sua operação em 1982. Embora o crescimento recente da cidade tenha seu dinamismo ligado a estes projetos, não há articulação visível entre o desenvolvimento prévio ou futuro do município e os dois empreendimentos.

O caso de Minaçu é mais extremo do que o anterior; sua criação, como município - em 1976-, deve-se à extração de amianto (iniciada em 1967 por uma empresa que, ao ter suas minas esgotadas no Estado da Bahia, deslocou-se para este espaço, qual seja, Minaçu).

Portanto, a capacidade de absorção das populações deslocadas por esses centros urbanos mostra-se evidentemente baixa.

*

Atualmente, distando 30 quilômetros deste último centro urbano, desenvolve-se a construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. Este, parece, é mais um grande projeto implantado sem articulação regional e que trará transformações espaciais significativas.

Em toda a 'área' há uma expectativa que -embora diferenciada- diz respeito à aspectos comuns como as indenizações pelas terras alagadas e pelos royalties que serão pagos às prefeituras quando a Usina entrar em funcionamento. Há também grande expectativa quanto ao aproveitamento do lago para lazer e, especialmente, quanto ao potencial turístico daí originado, ou seja, ao seu aproveitamento econômico.

Em toda a 'área' conta-se com a possibilidade da implantação de atividades turísticas, notadamente os esportes náuticos e a pesca, ambos em expansão no Brasil e com presença acentuada em outras partes de Goiás. Ocorre que esta expectativa não se traduziu, pelo menos ainda, num plano de aproveitamento do lago e da construção da infraestrutura necessária para servir à 'área', mesmo tendo em conta que com a operação da Hidrelétrica as prefeituras receberão royalties que poderão financiar alguns desses projetos.

O fato é que as elites locais, além de desarticuladas, praticam um jogo de forças que se anulam. Apesar de Uruaçu se constituir no principal centro urbano, a arrecadação e o crescimento de Minaçu e de Niquelândia têm sido maior nos últimos anos, o que explica, em parte, a dificuldade de que um único município venha a capitanear os demais e cumprir o papel de interlocutor capaz de definir e/ou articular as demandas ao nível da 'área'.

Assim, numa 'área' que tem sua história mais recente marcada pela implantação de

grandes projetos, a construção da Usina e o alagamento redefinem e extinguem espaços. Tratam-se, a rigor, de *lugares que não serão mais*. Neste sentido, além de relatórios e diagnósticos, o Poder Público - caso o fosse efetivamente- deveria elaborar políticas que minimizassem ou mesmo evitassem a negatividade dos impactos gerados no espaço e na sociedade locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: algumas reflexões sobre o planejamento e a democracia

A necessidade do planejamento ambiental em contexto democrático tem como fulcro a utilização correta dos recursos, impedindo que o meio ambiente se torne 'pasto predatório', subordinado à lógica mais imediata da reprodução do capital. Assim sendo, a redução dos custos e a maximização do lucro deveriam estar subordinados à preservação ambiental e à geração de benefícios sociais.

No caso brasileiro, a necessidade da definição e execução de políticas consoantes com essa perspectiva tem como um dos seus obstáculos (principais) a falta de uma cultura técnica e política, seja por parte das grandes empresas (privadas ou estatais), seja pelo poder público local (estados e municípios). Além disso, há o problema da adequada representação de interesses e da vontade política dos atores sociais mais diretamente afetados ou alcançados.

Nos anos 80, a retomada do espaço público pelo movimento social, articuladamente ao avanço das instituições democráticas, trouxe uma nova perspectiva para que o planejamento se verificasse sobre outras bases: a possível interlocução com as comunidades afetadas pelos impactos, visando impedir seus efeitos negativos.

A própria Constituição de 1988 conferiu maior autonomia e recursos para estados e

municípios, possibilitando maiores graus de liberdades para a elaboração de políticas por parte do poder local. O caso da HSM mostra, no entanto, como estas virtualidades, assim como determinados requisitos técnico-políticos (RIMA, PEU, Plano Diretor, etc.), estão longe de terem suas potencialidades tornadas realidade: no caso, seja no que diz respeito a um plano de utilização do lago, seja no tocante a programas sérios de reassentamentos da população atingida ou, ainda, no que diz respeito ao cumprimento da legislação trabalhista.

Portanto, o caso em exame, conquanto seja um microcosmo, revela o quanto a sociedade brasileira carece da publicização das chamadas políticas estatais. Até porque a intervenção no espaço provocado pelo alagamento -seja em Serra da Mesa ou em qualquer outro lugar- exige mais do que uma política de indenização, e de manejo da flora e da fauna. É preciso compensar as condições de vida e trabalho que serão extintas, pois estas não se reproduzem em qualquer espaço, tanto mais quando este é constituído pelo mercado e suas leis.

Por fim, isso se mostra necessário até para não parecer que a região de Serra da Mesa foi escolhida não apenas por sua localização estritamente geográfica e potencial hidrelétrico, mas por ser 'lugar' de ampla pobreza, baixo dinamismo econômico, parca articulação externa e, principalmente, fragilidade política para se opor ao alagamento ou reivindicar condições mínimas de respeito aos seus interesses e, ademais, por estar inserida em um imenso 'continente' econômico dinâmico e de razoável força política estabelecida no seu entorno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, W. (1977). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec.

CANO, W. (1994). Industrialização, crise, ajuste e reestruturação. In: *O mundo do trabalho: crise e mudanças no final do século*. Orgs. OLIVEIRA, C.A.B. e outros. São Paulo: editora Escrita.

CARDOSO DE MELLO, J.M. (1984). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense.

FUNDAÇÃO IBGE (1989). *Goiás/Tocantins - informações básicas*. Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO IBGE (1994). *Anuário Estatístico 94 (Ano base 1993)*. Rio de Janeiro.

GUEDES, C.A.M. (1994). Políticas sociais e mercado de trabalho: limites e possibilidades. Rio de Janeiro: *Revista Universidade Rural*, v. 16, n. 1/2, jan./dez.

LEME, H.J. (1992). *O federalismo na Constituição de 1988: representação política e a distribuição de recursos tributários*. Campinas/SP: Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia/Unicamp.

MOORE, B. (1976). *Origens sociais da democracia e da ditadura*. Lisboa: Edições Cosmos, Livraria Martins Fontes.

NATAL, J. (Coord.). *O desenvolvimento do Brasil Central (1975-90): Uberlândia -um caso particular*. Relatório de Pesquisa/CNPq/1995

VAINER, C.B. E ARAÚJO, F.G.B. DE (1992). *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI